



# DIÁRIO

## da Assembleia da República

VI LEGISLATURA

2.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1992-1993)

### COMISSÃO PERMANENTE

### REUNIÃO DE 23 DE SETEMBRO DE 1993

Presidente: Ex.<sup>mo</sup> Sr. António Moreira Barbosa de MeloSecretários: Ex.<sup>mas</sup> Srs. João Domingos Fernandes de Abreu Salgado  
António Fernandes da Silva Braga

## SUMÁRIO

*O Sr. Presidente declarou aberta a reunião às 16 horas e 30 minutos*

**Antes da ordem do dia.**— Deu-se conta da entrada na Mesa de diversos diplomas, de requerimentos e da resposta a alguns outros.

O Sr. João Amaral (PCP) condenou a carta aos portugueses, subscrita pelo Sr. Primeiro-Ministro, distribuída com os jornais de fim de semana, tendo, no final, respondido a um pedido de esclarecimento do Sr. Deputado Rui Carp (PSD).

O Sr. Deputado Rui Rio (PSD) teceu considerações acerca das críticas feitas pelo PS à política cambial do Governo e à situação do desemprego em Portugal. No final, respondeu a pedidos de esclarecimento dos Srs. Deputados Ferro Rodrigues (PS) — que também exerceu o direito de defesa da honra — e Octávio Teixeira (PCP).

O Sr. Deputado Guilherme d'Oliveira Martins (PS) referiu-se à abertura do ano escolar e à necessidade de um debate parlamentar sobre problemática da educação, após o que o Sr. Presidente da Comissão de Educação, Ciência e Cultura, Deputado Pedro Roseta, produziu breves comentários.

O Sr. Deputado António Lobo Xavier (CDS) criticou a legislação que prevê a aplicação de penas de prisão para os ilícitos fiscais.

*O Sr. Deputado André Martins (Os Verdes) falou acerca do abate clandestino de golfinhos na zona económica exclusiva da Região Autónoma dos Açores, tendo ainda dado explicações ao Sr. Deputado Mário Maciel (PSD).*

**Ordem do dia.**— A Assembleia deu assentimento à deslocação do Sr. Presidente da República, em visitas de carácter oficial, a Espanha, entre os dias 9 e 10 do próximo mês de Outubro, e à Coreia, entre os dias 14 e 18 de Outubro, ao Japão, entre os dias 18 e 27 de Outubro, a Hong-Kong, no dia 28 de Outubro e ao território de Macau, entre os dias 29 de Outubro e 1 de Novembro.

O projecto de deliberação n.º 80/VI — Convocação de reuniões extraordinárias do Plenário, antes do início da próxima sessão legislativa (PCP) foi rejeitado, intervindo, a diverso título, os Srs. Deputados Octávio Teixeira (PCP), José Magalhães (PS), Rui Carp (PSD) e André Martins (Os Verdes).

Foi também rejeitado o projecto de deliberação n.º 81/VI — Realização de um levantamento de situações relacionadas com o sistema educativo (PS). Intervieram, a diverso título, os Srs. Deputados Guilherme d'Oliveira Martins (PS), António Lobo Xavier (CDS), Pedro Roseta (PSD) e Octávio Teixeira (PCP).

*O Sr. Presidente encerrou a reunião eram 18 horas e 40 minutos*

O Sr Presidente: — Srs Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão

*Eram 16 horas e 30 minutos*

*Estavam presentes os seguintes Srs Deputados:*

António Moreira **Barbosa de Melo** (PSD), Presidente.  
 Maria **Leonor C. P. Beleza de M. Tavares** (PSD), Vice-Presidente  
 João Eduardo Coelho **Ferraz de Abreu** (PS), Vice-Presidente  
 José Manuel Maia Nunes de Almeida (PCP), Vice-Presidente  
 Adriano, José, Alves **Moreira** (CDS-PP), Vice-Presidente  
 Adérito Manuel Soares de **Campos** (PSD)  
 António de **Carvalho Martins** (PSD)  
 Arménio dos Santos (PSD)  
 Miguel Fernando Cassola de Miranda **Relvas** (PSD)  
 Domingos **Duarte Lima** (PSD)  
 Luís Manuel Costa **Geraldes** (PSD)  
 Guilherme Henrique V. Rodrigues, da **Silva** (PSD)  
 João Domingos Fernandes de Abreu **Salgado** (PSD)  
 Joaquim Maria **Fernandes Marques** (PSD)  
 Jorge Paulo de Seabra Roque da **Cunha** (PSD)  
 Pedro Manuel Cruz **Roseta** (PSD)  
 Maria Manuela Aguiar **Dias Moreira** (PSD)  
 Rui Manuel Lobo Gomes da **Silva** (PSD)  
 Luís Filipe Garrido Pais de Sousa (PSD)  
 Manuel **Castro de Almeida** (PSD)  
 Mário Jorge Bêlo **Maciel** (PSD)  
 Pedro Manuel Mamede **Passos Coelho** (PSD)  
 Rui Carlos Alvarez **Carp** (PSD)  
 Rui Fernando da Silva **Rio** (PSD)  
 Alberto Bernardes **Costa** (PS)  
 António de **Almeida Santos** (PS)  
 António Fernandes da Silva **Braga** (PS)  
 Armando António Martins **Vara** (PS)  
 Eduardo Luís Barreto **Ferreiro Rodrigues** (PS)  
 Eurico José Palheiros de Carvalho **Figueiredo** (PS)  
 Guilherme Valdemar Pereira d' **Oliveira Martins** (PS)  
 José Manuel Santos de **Magalhães** (PS)  
 Manuel **Alegre de Melo Duarte** (PS)  
 Manuel António dos Santos (PS)  
 João António Gonçalves do **Amaral** (PCP)  
 Octávio Augusto **Teixeira** (PCP)  
 António Bernardo **Aranha**, da **Gama Lobo, Xavier** (CDS-PP)  
 André Valente **Martins** (PEV)  
 Manuel Sérgio Vieira da **Cunha** (PSN)

#### ANTES DA ORDEM DO DIA

O Sr Presidente: — Srs Deputados, o Sr Secretário vai anunciar os diplomas e os requerimentos que deram entrada na Mesa.

O Sr Secretário (João Salgado), Sr Presidente, Srs Deputados, deram entrada na Mesa, e foram admitidos, os seguintes diplomas propostos de ler n.º 74/VI — Autoriza o Governo a aprovar o regulamento para inscrição de farmacêuticos nacionais dos Estados membros da Comunidade Europeia e de Estados terceiros na Ordem dos Farmacêuticos e 75/VI — Autoriza o Governo a alterar a legislação relativa ao sistema de unidades de medida de acordo com as resoluções da Conferência Geral de Pesos e Medidas e com as directivas comunitárias, a proposta de resolução n.º 37/VI — Aprova, para ratificação, o acordo entre

a República Portuguesa e a República Francesa relativo à readmissão de pessoas em situação irregular, que baixou às 1.ª e 3.ª Comissões, a interpelação ao Governo n.º 14/VI — Debate sobre política geral, centrado no tema «A degradação da situação e dos direitos sociais, a recessão económica e as políticas do Governo» (PCP), cuja discussão foi agendada, em Conferência dos Representantes dos Grupos Parlamentares, para o dia 15 de Outubro, às 15 horas, projectos de deliberação n.º 80/VI — Convocação de reuniões extraordinárias do Plenário antes do início da próxima sessão legislativa (PCP) e 81/VI — Realização de um levantamento de situações relacionadas com o sistema educativo (PS)

No dia 9 de Setembro, foram apresentados na Mesa da Comissão Permanente os seguintes requerimentos ao Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, formulado pelo Sr Deputado Jorge Paulo Cunha, à Secretaria de Estado da Cultura e ao Ministério do Comércio e Turismo, formulado pelo Sr Deputado António Filipe, ao Ministério da Educação, formulado pelo Sr Deputado António Martinho, aos Ministérios da Defesa e dos Negócios Estrangeiros, formulados pelos Srs Deputados Paulo Casaca e Ana Maria Bettencourt

Foram ainda apresentados durante o corrente mês os seguintes requerimentos ao Sr Primeiro-Ministro, formulado pelo Sr Deputado Almeida Santos e outros, ao Ministério da Educação e ao Governo Regional dos Açores, formulados pela Sr. Deputada Ana Maria Bettencourt; ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, formulado pelo Sr. Deputado Miguel Urbano Rodrigues, ao Ministério da Administração Interna, formulados pelos Srs Deputados João Amaral e José Manuel Maia, ao Governo, a diversos Ministérios e aos Correios de Portugal, formulados pelo Sr Deputado Guilherme D'Oliveira Martins, à Secretaria de Estado da Cultura, formulado pelo Sr Deputado Fernando Pereira Marques, à Câmara Municipal de Loures, formulado pelo Sr. Deputado Jorge Paulo Cunha, ao Governo, formulado pelo Sr Deputado André Martins, ao Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, formulados pelos Srs Deputados Luís Sá e José Manuel Maia e ao Ministério do Emprego e Segurança Social, à Inspeção do Trabalho e ao IDICT — Instituto de Desenvolvimento e Inspeção das Condições de Trabalho, formulado pela Sr. Deputada Elisa Damião

O Sr Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr Deputado João Amaral

O Sr João Amaral (PCP) — Sr Presidente, Srs Deputados, A «carta aos portugueses» que o Sr Prof. Doutor Cavaco Silva subscreve e que foi distribuída como publicidade paga juntamente com os jornais do passado fim de semana, constitui um escândalo nacional que deve ser aqui devidamente debatido e denunciado.

A «carta», que o Sr Prof. Doutor Cavaco Silva subscreve invocando a sua qualidade de Primeiro-Ministro, não passa de uma grotesca operação de propaganda do presidente do PSD feita em período pré-eleitoral e tendo por objectivo influenciar o eleitorado a favor do PSD através da utilização abusiva dos símbolos do Estado e dos dinheiros públicos.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP) — Muito bem.

O Orador: — Evidentemente que esta utilização abusiva dos dinheiros do Estado para fins político-partidários deve

ser denunciada. Deve perguntar-se com que verbas foi paga esta operação de publicidade? Com que legalidade foram feitos estes pagamentos?

**O Sr. Octávio Teixeira (PCP):** — Muito bem!

**O Orador:** — Mas, Sr. Presidente e Srs. Deputados, não é, fundamentalmente, no plano da patente ilegalidade da operação que aqui intervenho. Aliás, todos sabemos que aparece sempre um burocrata de serviço, habilidoso e devidamente fiel ao PSD, capaz de encontrar uma cobertura formal para estes injustificáveis actos.

Muito menos venho aqui reclamar — desiluda-se quem pensasse isso — para os partidos da oposição o direito de responderem da mesma forma à «cartita» do Sr. Professor.

**O Sr. Duarte Lima (PSD):** — Faça um um bilhete postal!

**O Orador:** — A carta configura uma utilização abusiva de dinheiros públicos e uma qualquer resposta nos mesmos termos seria igualmente abusiva e só serviria para legitimar esta grosseira fraude que a carta constitui.

**Vozes do PCP:** — Muito bem!

**O Orador:** — Esta é a questão que motiva esta intervenção: qual é, afinal, o sentido ético com que o PSD actua nos órgãos do Estado? Como é possível ignorar a ética de serviço público e violá-la de forma tão despudorada?

A «carta aos portugueses» do Sr. Prof. Doutor Cavaco Silva não é um acto de serviço público. É um acto de propaganda partidária e para benefício partidário.

A carta utiliza despidoradamente as mesmas palavras-chave dos discursos partidários do presidente do PSD, ou seja, as mesmas palavras-chave que o PSD utiliza na sua pré-campanha autárquica. Lá está o «ganhar o futuro» dos gigantescos cartazes por aí espalhados e o tal rumo com que o presidente do PSD tanto gosta de se exibir como homem do leme.

Como sucede com todos os folhetos de propaganda, também a carta aos portugueses «vende» o reino das mil maravilhas: sol na eira e chuva no nabal! Como o Totoloto, é uma carta barata e dá milhões! E o que «vende» esta carta?

Por exemplo, promete empregos e mais empregos, no exacto momento em que a dura realidade da política governamental é a crise, nomeadamente o aumento do desemprego, do *lay-off*, do trabalho precário.

Promete desenvolvimento e mais desenvolvimento no momento em que a dura realidade da política governamental é a quebra do produto interno bruto e o contínuo decréscimo da produção industrial, agrícola e pesqueira.

Promete a resolução dos problemas das regiões no momento exacto em que a dura realidade da política governamental quer tentar impor às autarquias no próximo Orçamento o mesmo valor de FEF (Fundo de Equilíbrio Financeiro) que houve este ano, ou seja, uma redução em termos reais.

Promete um futuro melhor e radioso quando a dura realidade da política governamental é a de um presente de incerteza, de crise, de desprotecção social.

Promete um rumo radioso quando a dura realidade da política governamental é a das políticas do rumo ao desastre.

É isto ou não, Sr. Presidente e Srs. Deputados, propaganda fraudulenta, não só à custa dos dinheiros públicos? É ou não propaganda mentirosa?

Esta cartita do presidente do PSD é, por tudo isto, um escândalo, não só por pôr as instituições do Estado ao nível das virtudes das carnes do hipermercado Continente, das delícias da leitura das Selecções e das facilidades de compra na La Redoute.

**O Sr. Octávio Teixeira (PCP):** — Muito bem!

**O Orador:** — Mas isso é o menos e seria sempre o menos.

**O Sr. Jorge Paulo Cunha (PSD):** — Vá a Loures! Vá a Loures!

**O Orador:** — Porém, mina a credibilidade das instituições, é uma operação sem ética nem vergonha.

Os Srs. Deputados do PSD têm aqui a maioria suficiente para impedirem qualquer condenação explícita desta «carta aos portugueses».

**O Sr. Jorge Paulo Cunha (PSD):** — Vá a Loures! Vá a Loures!

**O Orador:** — Ao menos, então, que vos fique este peso na consciência.

A carta sempre tem este mérito: o de confirmar tudo o que foi dito na interpelação do PCP aqui feita sobre a situação da democracia em Portugal e tudo o que eu próprio disse acerca da confusão entre o Estado e o partido, que é o timbre e o toque do trabalho político-partidário diário do PSD, com a consequente e óbvia degradação da democracia.

*Aplausos do PCP e de Os Verdes.*

**O Sr. Duarte Lima (PSD):** — Vá à Câmara de Almada!

**O Sr. Jorge Paulo Cunha (PSD):** — Não se esqueça do programa televisivo da SIC!

**O Sr. Presidente:** — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Carp.

**O Sr. Rui Carp (PSD):** — Sr. Presidente, Sr. Deputado João Amaral, gostava que me respondesse a algumas questões, muito simples, relativamente à sua intervenção que considero profundamente hipócrita, pois têm sido as câmaras de maioria comunista que fazem propaganda partidária à custa dos dinheiros públicos.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Vejam o que é o despautério dos cartazes das câmaras, por exemplo, de Almada, Loures, Seixal, veja-se a utilização dos transportes colectivos para fazer os panegíricos das alianças eleitorais comunistas bem como os *spots* televisivos, para já não falar de um certo conluio entre a festa do *Avante* e a câmara onde está localizado o espaço em que se realiza essa manifestação do Partido Comunista Português!

Mas a pergunta que gostava de colocar a V. Ex.<sup>a</sup> é a seguinte: perante toda essa hipocrisia, pelo contrário, o Governo utilizou todos os seus instrumentos legais para fazer aquilo que qualquer governo deve fazer, ou seja, prestar contas à população e esclarecer os portugueses. E, Sr. Deputado, desafio-o a mostrar onde é que a referida carta do Sr. Primeiro-Ministro se afasta da linha do Programa do



da Assembleia da República que, em 1993, o desemprego estava a crescer à louca média de 1128 portugueses por dia.

Felizmente que a realidade é completamente diferente. Segundo as contas do Partido Socialista, Portugal devia ter, em 30 de Junho do presente ano, 406 mil desempregados ou seja, uma taxa de desemprego de 9%. Na verdade, Portugal tinha, nessa data, 236 mil desempregados, ou seja, pouco mais de metade daquilo que o PS previa.

Os números falam por si e, por isso, não vale a pena qualquer comentário adicional.

Os mais recentes dados sobre o emprego, publicados pelo Instituto Nacional de Estatística, constataam que a taxa de desemprego subiu, no segundo trimestre deste ano, de 5,1% para 5,3%.

Ao contrário do que o PS gosta de fazer crer à opinião pública portuguesa, o número de empregados até cresceu 2,5% de Março a Junho, o que implica concluir que o ligeiro aumento do desemprego se deve ao facto da população activa ter crescido mais do que os empregos criados.

Para que a verdade seja reposta, evitando-se, assim, que com um esquisito jogo de palavras e de números se tente confundir os portugueses, é justo referir que a fórmula de cálculo, que dá 5,3% de desempregados, em Portugal, no fim do primeiro semestre deste ano, é exactamente a mesma que a utilizada nos restantes Estados membros, que, como é sabido, chegam a ter taxas superiores a 20%.

Não adianta, pois, tentar confundir a situação com os registos dos centros de emprego, já que, como é sabido, quem um dia procurou um Centro de Emprego, por certo, mais tarde não vai lá avisar que, entretanto, arranjou trabalho e que por isso o seu nome deve ser abatido às listagens.

Os números dos centros de emprego não são credíveis na medição do desemprego, o que, aliás, é perfeitamente natural, uma vez que não é essa a sua função.

**Sr. Presidente, Srs. Deputados:** Ao contrário daquilo que o PS estima e intimamente deseja, Portugal não vai ter taxas de desemprego de 10% no fim de 1993. A política que tem vindo a ser seguida pelo Governo tem conseguido minorar os graves efeitos da crise económica internacional, que, como é evidente, tem tido reflexos extremamente negativos na economia portuguesa.

O PS terá de mudar rapidamente de discurso e de estratégia se pretende ser credível perante os portugueses, pois é cada vez mais claro que a cruzada que o seu secretário-geral tem feito por esse país fora, anunciando a desgraça, no fundo, não passa de um triste sonho da pura cor da rosa.

#### *Aplausos do PSD*

**O Sr. Presidente:** — Informo a Câmara de que se encontram inscritos, para pedir esclarecimentos, os Srs. Deputados Ferro Rodrigues e Octávio Teixeira.

Tem a palavra o Sr. Deputado Ferro Rodrigues.

**O Sr. Ferro Rodrigues (PS):** — Sr. Presidente, Sr. Deputado Rui Rio, V. Ex.<sup>a</sup> é sempre o escolhido pela bancada do PSD para defender o indefensável. É provável que isso tenha a ver com as difíceis relações com o Membro do Governo responsável pelos Assuntos Parlamentares. O Sr. Deputado tem a mesma lógica do Governo, pelo menos tenta ter, que é a de passar da irresponsabilidade para a desresponsabilização.

Sr. Deputado Rui Rio, foi realmente a política cambial seguida pelo Governo nos últimos três anos que conduziu Portugal a um desastre económico, que todos neste momen-

to e unanimemente reconhecem, excepto, pelo menos aparentemente, o Sr. Deputado Rui Rio. É um desastre económico reconhecido pelos empresários, pelos sindicatos e até, cada vez mais, por Membros do Governo.

Ora, um desastre económico conduz ao desemprego, que tem vindo a subir e é muitas vezes mistificado, inclusivamente com questões como as passagens para situação de doença, mas toda a gente sabe que reflecte situações sociais de grande desemprego. É evidente que o desemprego não é inevitável. Não é inevitável que, até ao fim do ano, a taxa de desemprego aumente para 9% ou 10%, se os senhores, até ao fim deste ano e do próximo, mudarem de política económica. Mas o que se tem visto é que os senhores são completamente incapazes de mudar.

O seu problema é que neste momento há, cada vez mais, um isolamento da bancada do PSD e dos seus arautos nestas matérias. Já não bastou a lição de economia dada pelo ex-ministro Cadilhe nas vossas jornadas parlamentares, a entrevista de João Salgueiro, que disse o que todos nós já dizemos há muito tempo, isto é, que o Governo não tem qualquer estratégia, o facto de até o próprio Prof. António Borges, personalidade de reconhecida competência, embora eu tenha divergências políticas com ele desde há muito anos — felizmente! — mas sempre assumidas, ter vindo, há pouco tempo, criticar, de uma forma brutal e frontal, a política do Governo de endividamento externo enquanto há uma expectativa de desvalorização do escudo a médio e longo prazo e o Banco de Portugal, neste momento, ter voltado a ter grandes divergências com o Governo em questões que são fundamentais, desde os problemas do Orçamento do Estado até aos problemas da dívida pública e da dívida externa.

Portanto, lamento que seja mais uma vez o Sr. Deputado Rui Rio o escolhido pelo PSD para esta triste missão, em que tenta acompanhar o Governo nesta passagem do oásis para o barco com rumo, mas em que a miragem é a mesma e é lamentável.

#### *Aplausos do PS*

**O Sr. Presidente:** — Sr. Deputado Rui Rio, visto o PSD já não dispor de muito tempo para formular as respostas em separado, dou de imediato a palavra ao Sr. Deputado Octávio Teixeira.

Tem a palavra, Sr. Deputado Octávio Teixeira.

**O Sr. Octávio Teixeira (PCP).** — Sr. Presidente, Sr. Deputado Rui Rio, é espantoso como V. Ex.<sup>a</sup> nos aparece hoje a dizer que a desvalorização do escudo mostra a correcção da linha de rumo do Governo. No início do ano, quando alguém falava em qualquer hipótese de desvalorização do escudo, gritavam «Aqui d'el rei que querem destruir o país»! Esta era a posição do PSD, do Sr. Deputado Rui Rio, do Governo, do Sr. Primeiro-Ministro e do Sr. Ministro das Finanças.

Afinal, o rumo correcto é o da desvalorização feita agora ou o da revalorização feita antes?

Por outro lado, o Sr. Deputado Rui Rio utiliza uma habilidade estatística para tentar vender esta sua mercadoria, na linha da «cartita» que há pouco o meu camarada João Amaral aqui referiu,...

**O Sr. Duarte Lima (PSD)** — É uma «cartita» mas estão muito preocupados com ela!

**O Orador:** — .. que é a seguinte: faz a evolução da cotação do escudo face às outras moedas desde 1991,



Para terminar, em matéria de desemprego, pergunto: Sr. Deputado, lembra-se, por acaso, das taxas de desemprego de 1983 e de 1984? E não venha agora dizer que, na altura, havia crise, porque, então, a crise na Europa era muito menor do que a que existe hoje. Ora, as taxas de desemprego eram, em 1983, de 7,9%, em 1984, de 8,5%, em 1985, de 8,6% e hoje estamos com 5,3% e com uma crise ainda maior na Europa.

Relativamente aos jovens — já agora uma curiosidade — a taxa de desemprego dos jovens, entre os 20 e os 24 anos, era, na altura em que o PS liderava o Governo, de 17,9%, em 1984, de 19,5%, em 1985, de 19,8% e hoje, Sr. Deputado, é de 9%.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. **Ferro Rodrigues** (PS) — Sr. Presidente, peço a palavra para exercer o direito de defesa da honra.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra.

O Sr. **Duarte Lima** (PSD). — Sr. Presidente, peço a palavra para interpelar a Mesa.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado Duarte Lima.

O Sr. **Duarte Lima** (PSD): — Sr. Presidente, por norma, as defesas da honra são feitas no fim do debate e eu...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, neste caso, o que existe são intervenções individuais e não há qualquer tema em debate, porque, se assim não fosse, o exercício da figura regimental da defesa da honra teria de ser no final.

O Sr. **Duarte Lima** (PSD) — É que da última vez que solicitei a palavra para exercer o direito de defesa da honra, na penúltima comissão permanente, tive de ficar para o fim do debate.

O Sr. **Presidente**: — Certo, Sr. Deputado, mas, nessa altura, estava em discussão um tema.

Tem a palavra o Sr. Deputado **Ferro Rodrigues**.

O Sr. **Ferro Rodrigues** (PS) — Sr. Deputado Duarte Lima, não é preciso estar tão nervoso, porque não se irá passar nada de transcendente nesta Assembleia...

**Vozes do PSD**: — Ninguém esperava isso!

O **Orador**: — A única coisa que quero dizer-lhe é que não vou precisar de fazer o número do «vendedor da banha da cobra», de que não são 30, 20, 10, 9, 8% e por aí fora, que é um número que os portugueses conhecem...

O Sr. **Ferraz de Abreu** (PS) — Exácto!

O **Orador**: — para dizer que a taxa de desemprego, em Portugal, já é, infelizmente, demasiadamente alta para os apoios sociais que existem.

Por outro lado, é, sobretudo, de muito mau gosto aquilo que foi dito como comparação com 1983/84, tanto mais que vem na sequência intervenção do Sr. Ministro das Finanças, feita há pouco tempo, onde criticou fortemente a política começada em 1980, pelo então Ministro das Finanças Ca-

vaco Silva e onde saudou fortemente a política levada à prática pelo Ministro Ernâni Lopes.

Portanto, o Sr. Deputado Rui Rio está desactualizado em matéria de intervenção ortodoxa do seu partido e do seu Governo, pelo que convinha, depois destas férias, actualizar-se sobre essa linha política.

Quanto à defesa da honra, invoquei essa figura regimental apenas para dizer que efectivamente não estou contra o secretário-geral do meu partido, nem poderia estar, porque sou militante e Deputado do PS e quero que o PS vença. Estou convencido de que vou ter a vitória que tanto eu como o PS esperamos.

O Sr. **Luís Gerales** (PSD): — Fale mais devagar, com mais pausa!

O Sr. **Presidente**: — Para dar explicações, se assim o entender, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Rio.

O Sr. **Rui Rio** (PSD): — Sr. Presidente, como o Sr. Deputado Ferro Rodrigues não me desonrou não sinto necessidade de defender a minha honra.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Guilherme d'Oliveira Martins.

O Sr. **Guilherme d'Oliveira Martins** (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Está a iniciar-se o ano lectivo. Ouvem-se declarações várias sobre os mais desencontrados temas, orientados também pelos mais distintos pensamentos.

Para o Ministério da Educação e para o seu principal responsável trata-se de dizer que tudo está bem e que apenas há algumas escaramuças irrelevantes, urdidas por ignotos agentes com objectivos insondáveis. No entanto, há inquietação geral — professores, alunos, famílias, um pouco por toda a parte, todos se sentem inseguros. Porquê? A reforma do sistema educativo vai dando os seus passos de modo titubeante. Faltam apoios pedagógicos e materiais. Os professores não estão mobilizados, sentem-se desmotivados, têm dúvidas fundas sobre os objectivos das mudanças em curso, não se vêem participantes activos no processo e no seu aperfeiçoamento, confrontam-se com orientações contraditórias, sentem-se defraudados nas suas expectativas legítimas sobre a formação contínua e alguns limitam-se a participar numa corrida desenfreada aos créditos para efeitos de carreira.

O balanço da aplicação do novo sistema de avaliação, no último ano lectivo, confirmou as piores previsões: houve critérios muito diversos e pouco compreensíveis; criou-se um clima de incerteza, de insegurança e de irresponsabilidade. Não se pôs fim à ideia doentia de que o sucesso escolar iria ser promovido por via estatística e, pior que tudo, não se criaram condições concretas para que os alunos com dificuldades de aprendizagem pudessem ser apoiados seriamente no âmbito de uma diferenciação pedagógica enriquecedora.

Em vez de reforçar realmente os meios materiais e humanos ao dispor das escolas, o Ministério da Educação continua a claudicar perante a rigidez contabilística do Ministério das Finanças. O departamento da Educação tornou-se incompreensivelmente dócil nesta negociação, fechando os olhos e os ouvidos ao que está a ocorrer noutros países comunitários, a começar pela Alemanha, onde as restrições orçamentais registam uma excepção no domínio da educação e da formação, já que se entende que a redução de meios ou a estagnação dos programas em curso nesses capítulos



geram um abaixamento de qualidade e consequências negativas multiplicadas no futuro. Não esqueçamos que o multiplicador das despesas públicas na educação, além de ter uma eficácia equivalente aos encargos de funcionamento e de investimento, tem efeitos a longo prazo na valorização ou na desvalorização dos recursos operada pelo factor humano.

Por muito que se fale em desperdício e nos efeitos iniludíveis da quebra demográfica, a verdade é que não se vê uma política concreta de reafecção de recursos, faltando transparência de critérios e uma clarificação indispensável sobre a criação da necessária rede de escolas básicas integradas, sobre a ligação entre a escola e o meio e sobre as necessidades efectivas e os objectivos concretos do sistema educativo.

Continuamos a ter uma ausência, incompreensível, das estatísticas essenciais. Continuamos a não ter esclarecimentos concretos sobre a execução do PRODEP, e sobre a razão de não terem sido alcançados os objectivos propostos no seu início. Continuamos sem saber, ou a conhecer mal, qual a filosofia e quais os objectivos do PRODEP.

Aliás, desde o final de Julho passado, que o Grupo Parlamentar do PS vem solicitando uma reunião urgente da Comissão de Educação, Ciência e Cultura com a presença do Sr. Ministro da Educação, sem que tenha havido disponibilidade para o efeito da parte da bancada da maioria.

E o ensino pré-escolar? Onde estão as medidas concretas num domínio prioritário, que continua descuidado e sem uma estratégia? E a educação de adultos, para além do ensino recorrente como formação permanente, enquanto instrumento de combate à exclusão e como meio de responder aos desafios da mobilidade e do progresso científico e tecnológico — como salientou, ainda há bem pouco tempo o Conselho da Europa?

O Sr. Deputado Duarte Lima acabou de me dizer que, em Outubro, discutir-se-á.

Pois bem, é incompreensível que, havendo um desfasamento entre o começo do ano parlamentar e o começo do ano escolar, não haja a preocupação de, sobre a hora, o Parlamento discutir os temas, por as questões. Não podemos explicar ao País por que razão é que vamos discutir os problemas só um mês depois do ano lectivo ter começado.

O Sr. José Magalhães (PS). — Muito bem!

Protestos do Deputado do PSD, Duarte Lima.

O Orador: — Atente-se no que ocorre também no ensino superior. O tema fundamental sobre a miséria continua a ser o das propinas — como se esse fosse um problema principal do País. E não é! A questão das propinas é um subcapítulo do financiamento do ensino superior.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Tardel é a más horas, o Governo só agora começa a reconhecer, timidamente, que errou. Já parece aceitar que a lei tem defeitos e é injusta, além de ser inconstitucional, como sempre o dissemos desde a primeira hora.

Propina única ou não — a dúvida já vem dos próprios responsáveis.

O Sr. José Magalhães (PS). — Exacto!

O Orador: — Diá sim, diá não, vêm posições contraditórias. E onde está a clarificação das funções educativa e científica do ensino superior?

Na expressão dos creitores, com grande perda de tempo, vamos regressando às conclusões do Livro Branco sobre o financiamento que, em determinado momento, o Executivo, quistostensivamente, esqueceram. Financiamento, avaliação, acção, social, escolar e propinas, os temas estão intimamente ligados. Mas, como, equacioná-los, como apresentá-los, tendo em conta que estes problemas estão ligados às perspectivas de desenvolvimento do País, perspectivas de desenvolvimento que começam, naturalmente, no ensino superior, nas relações entre a Universidade e o Politécnico, no colocar do problema dos diplomas e da certificação, na estratégia, relação à função do ensino público, na ligação entre ensino e ciência.

Ao lermos, nestes domínios, o Plano de Desenvolvimento Regional fica-nos a ideia amarga da demissão do Estado relativamente às suas responsabilidades e da inexistência de linhas estratégicas orientadas para o desenvolvimento e para a valorização das nossas vantagens comparativas, de que hoje tanto se fala. Será que se prefere o espontaneísmo das iniciativas ditadas exclusivamente pelo objectivo do maior ganho? É o País que perde — e sabemos bem que os erros em matéria educativa, a ausência de perspectiva de futuro e o imediatismo pagam-se, amanhã, com juros elevadíssimos e com prejuízos irreparáveis.

Não podemos continuar impávidos e serenos, a ouvir declarações contraditórias, a presenciar vagas manifestações de intenção de mudar isto ou aquilo, designadamente em matérias da competência do Parlamento. Exige-se uma tomada de posição clara dos responsáveis sobre os iminentes problemas da educação em Portugal. Não podemos afundar-nos nos pouco edificantes episódios, como o das provas específicas, em que se perdeu muito tempo e se alimentou uma polémica inútil, que a Constituição resolve de forma linear.

Continuamos, afinal, a preferir-se o curtíssimo prazo, como se viu, aliás, no episódio da «cartinha» do Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. Duarte Lima (PSD). — Estão preocupados?

O Orador: — É o curto prazo que está em causa, é a acção imediata sobre a opinião pública, de eficácia, como se verá, bastante reduzida.

Mas a educação é o domínio por excelência de sementeira, exigindo que o sementeiro se preocupe com a sêara, em vez de continuar a distrair-se com o voo dos pardais.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Ao abrigo do nº 2 do artigo 18º do Regimento da Assembleia da República, vou dar a palavra, para um brevíssimo comentário, no máximo de dois minutos, ao Sr. Presidente da Comissão de Educação, Ciência e Cultura, Deputado Pedro Roseta.

O Sr. Pedro Roseta (PSD). — Sr. Presidente, Sr. Deputado, julgo que teremos ocasião de debater a questão de fundo noutras sedes, eventualmente hoje mesmo, uma vez que vamos ainda apreciar o projecto de deliberação da iniciativa do PS, relativo à educação.

No entanto, como Presidente da Comissão de Educação, Ciência e Cultura, quero deixar claro que a Comissão não foi convocada neste período de suspensão dos trabalhos parlamentares, porque cumpriu as regras. Sejam claros! Apenas cumprimos as regras, ou seja, cumprimos o que está deliberado no Regimento da Assembleia da República.

As solicitações que os Srs. Deputados do PS fizeram — e foram duas — foram levadas à Comissão Permanente, que



as rejeitou. É óbvio que o Sr. Deputado Guilherme d'Oliveira Martins não está a sugerir que eu fosse, como Presidente da Comissão de Educação, Ciência e Cultura, proceder a uma violação das regras. Tendo trazido o assunto à colação da Comissão Permanente e não tendo sido autorizado, eu não faria isso.

Quanto à questão do desfasamento entre o começo do ano parlamentar e o começo do ano escolar, constato que o Sr. Deputado está a pedir uma revisão antecipada da Constituição da República Portuguesa, para fazer coincidir a abertura dos trabalhos parlamentares em cada sessão legislativa com o início do ano escolar. É realmente original! Não conheço, em nenhuma parte do mundo, com todo o respeito e até, como sabe, com todo interesse que tenho em matérias educativas, sítio em que isto se verifique.

Mas, então, Sr. Deputado, proponha isso em sede de revisão constitucional e não venha agora atirar as culpas para a Comissão de Educação, Ciência e Cultura. Esse desfasamento resulta, obviamente, da Constituição e nada mais.

Julgo que em qualquer parlamento democrático do mundo há períodos estabelecidos para o funcionamento quer do plenário quer das comissões. Há períodos em que, pura e simplesmente, não há trabalhos parlamentares. Se eles são longos ou estão desfasados, talvez fosse melhor haver dois períodos, como, por exemplo, em França, em vez de um período tão longo como é o do funcionamento sucessivo do Plenário.

Mas essa é uma questão para a revisão constitucional, não é para ser discutida nesta sede.

**Vozes do PSD: — Muito bem!**

**O Sr. José Magalhães (PSD): —** E sobre as propinas, nada!

**O Sr. Presidente: —** Tem a palavra o Sr. Deputado Guilherme d'Oliveira Martins, que dispõe apenas de um minuto.

**O Sr. Guilherme d'Oliveira Martins (PS): —** Sr. Presidente, quero apenas dizer que não está em causa a posição do Sr. Presidente da Comissão de Educação, Ciência e Cultura mas, sim, a posição reiterada da maioria, não apenas nesta fase de férias parlamentares mas anteriormente, designadamente quando solicitamos, de forma reiterada, a presença do Sr. Ministro da Educação ou quando pedimos que as reuniões sejam públicas, no que sistematicamente temos tido a oposição da maioria.

Sr. Presidente da Comissão de Educação, Ciência e Cultura, Deputado Pedro Roseta, quanto à revisão constitucional, não a defendo, porque penso que será absurda. O que estou a dizer é apenas que o Parlamento nunca fecha. Há sessões legislativas, mas o Parlamento não fecha, está aberto.

Portanto, não nos coloquemos por detrás do «biombo» das férias parlamentares. Aliás, as férias parlamentares significam que há uma interrupção nos trabalhos do Plenário mas a Assembleia continua a funcionar.

**Vozes do PS: — Muito bem!**

**O Sr. Presidente: —** Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado António Lobo Xavier.

**O Sr. António Lobo Xavier (CDS-PP): —** Sr. Presidente, Srs. Deputados: O CDS constatou algo que já tinha previsto e que reside no facto de a opinião pública em geral

e a comunicação social em particular ter sido colhida de surpresa com a notícia de que o Governo tinha aprovado um diploma sobre as infracções fiscais onde se previa como pena autónoma a pena de prisão.

Consequimos explicar essa surpresa tanto da opinião pública como da comunicação social, que falou do tema como se fosse a primeira vez que era discutido, porque — e fazendo *mea culpa* —, no fim da sessão parlamentar, a essa questão, com uma dignidade tão evidente, apenas pudemos dedicar, pela forte pressão do tempo, alguns minutos.

Mas como já está gerado um problema público de discussão e de rejeição desta pena autónoma de prisão para os chamados crimes fiscais, para os ilícitos fiscais, cabe fazer mais algumas reflexões, para além das que foram feitas na altura própria, embora usando pouco tempo, porque em cada dia que passa há dados novos para reforçar a posição que tivemos aqui, no Parlamento, de rejeitar, de uma forma clara, a aprovação ou a produção de efeitos desse diploma.

Desde já anunciamos que, precisando muito embora da colaboração de outros partidos, faremos todos os esforços para que esse diploma volte aqui para um novo debate.

Não está em causa a questão como a colocou o Sr. Subsecretário de Estado Adjunto da Secretária de Estado Adjunta e do Orçamento, ou seja, não está em causa o problema de saber se, para a violação das leis fiscais, deve ou não existir em abstracto pena de prisão.

As teorias são conhecidas. Sabe-se que hoje, para o Estado social, para o Estado democrático, dadas as suas funções e responsabilidades no domínio da solidariedade, no domínio da justiça e da promoção da eliminação das desigualdades sociais, dada a importância que nesses Estados é atribuída ao princípio da igualdade, a violação das regras sobre a repartição dos encargos do funcionamento do Estado é um delito grave, porventura viola um dos bens jurídicos fundamentais ligado a esse mesmo Estado de Direito.

A questão não é, portanto, a de saber se, em abstracto, a pena de prisão deve ou não existir de forma autónoma para este tipo de delitos de que falo. A questão está resolvida porque essa pena existe nos Estados democráticos mais avançados da Europa. Ela existe mas diga-se desde já que, estatisticamente, é sabido que ela é aplicada em muito poucos Estados.

Então, porque é que ela existe nesses Estados? Porque é que deve ser admitida teoricamente? Porque é que é aplicada em tão poucas situações? As explicações destas interrogações estão justamente ligadas aos motivos por que não deve haver pena de prisão em Portugal para este tipo de delitos.

Não deve haver pena de prisão porque, sendo certo que o Direito Penal Tributário é um direito com valores éticos que é preciso assegurar — como dizia o Sr. Subsecretário de Estado, uma moralização fiscal —, é preciso garantir o consenso social em torno do financiamento do Estado, é preciso que haja confiança nas próprias instituições do Estado. Tudo isto é verdade, mas nesses Estados que nos servem de exemplo — e bem —, frequentemente, a pena de prisão está longe de ser o único garante desse respeito pelo financiamento e pelo suporte, em termos de igualdade, do funcionamento do Estado democrático.

De facto, a pena de prisão para os crimes fiscais é apenas um acessório de leis substantivas perfeitas e justas, é apenas um acessório de tribunais céleres e competentes, de leis processuais expeditas, de meios de defesa importantes do contribuinte, de sistemas de fiscalização muito actuaes, justos e não corrompidos.

Diria que, se estivessem preenchidas essas condições em Portugal, a pena de prisão para os crimes fiscais não seria,

sequer, discutida. Mas o que acontece em Portugal é que, justamente, todos os outros requisitos da justiça fiscal estão por cumprir. E estando por cumprir todos estes requisitos em matéria de fiscalização, de processo, de funcionamento dos tribunais, de leis substantivas, do estabelecimento dessa pena de prisão apenas significa um acto de autoridade, que desconfiemos, que tem apenas razões conjunturais de desespero.

Mas não é só por isto, não é só pelo facto de os tribunais não funcionarem com a celeridade com que deviam, não é só pela fiscalização ser aleatória, diminuta e estar quase posta de parte pelo actual funcionamento da Direcção-Geral das Contribuições e Impostos que recusamos esta pena de prisão autónoma. O que vemos, para além disso, é que este Estado, que quer pôr na cadeia quem não entrega a declaração ou quem não paga os impostos, é o mesmo que se recusa a cumprir, por exemplo, a directiva sobre o IVA que elimina a taxa agravada do imposto, é o mesmo que não elimina, há mais de um ano, uma obrigação comunitária (que o Governo está sempre a dizer que é a sua preocupação máxima), é o mesmo que, segundo as informações recentes, deve, em relação a dívidas vencidas, 40 milhões de contos aos fornecedores dos hospitais, mais de 30 milhões de contos aos empreiteiros, cerca de 10 milhões de contos às farmácias.

É este Estado, que desde há largos anos é conhecido por não cumprir os contratos e ter uma prática de abuso de dependência económica para com os empreiteiros que constróem as escolas, os palácios de justiça e as estradas e para com os fornecedores dos hospitais, desde produtos alimentares a laboratórios, aquele que prender quem que não entrega a declaração e não paga os impostos a tempo. É o mesmo Estado que quer libertar aqueles que praticam ofensas, crimes contra o património, contra a honra e a liberdade das pessoas e quer encher as cadeias de contribuintes que não pagam os seus impostos, quantas vezes em virtude das dívidas que o Estado tem para com eles.

O Sr. Presidente: — Atenção ao tempo, Sr. Deputado.

O Orador: — Vou terminar, Sr. Presidente.

De facto, isto é tanto ou mais preocupante quanto hoje na entrevista do Sr. Ministro das Finanças, quando lhe foram perguntadas as razões do défice, as suas declarações foram praticamente um queixume generalizado dos sujeitos passivos, dos contribuintes e das empresas. O Sr. Ministro das Finanças considera que deduzir despesas de saúde é um abuso de benefícios fiscais. O Sr. Ministro considera que as empresas portuguesas estão cheias de lucros e andam a praticar sistematicamente fuga aos impostos. O Sr. Ministro queixa-se de todos.

Neste ambiente de desespero, neste ambiente de mau funcionamento do sistema, tememos gravemente pela aplicação deste diploma que o Governo aprovou. Assim, vamos esforçar-nos por que esse debate volte à Assembleia, para que possamos repensar este assunto.

Aplausos do CDS-PP.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado André Martins.

O Sr. André Martins (Os Verdes): — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Na passada terça-feira, a RTP, através dos seus repórteres, apresentou imagens que entraram pela casa dos portugueses e certamente aqueles que as viram ficaram profundamente horrorizados com elas. Nesse pro-

grama afirmou-se que nos Açores os pescadores serão os autores ou os protagonistas da chacina de uma espécie protegida por leis nacionais e internacionais.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Aqueles imagens são extremamente preocupantes e parece-me que devem valer interrogações de todos os que estão representados na Assembleia da República e a atenção dos portugueses, dos órgãos de comunicação social e das organizações e entidades nacionais e internacionais. Imagens de igual sentido, assustador foram transmitidas pela RTP em Junho de 1992, precisamente quando Portugal detinha a presidência da Comunidade Europeia e estava a decorrer a ECO-92, no Rio de Janeiro. Nessa altura, foi considerado um artigo, que a revista alemã *Quick* publicou, com fotografias, e fez circular junto dos órgãos de comunicação social nacionais, tendo-se entendido que se tratava de uma campanha contra a imagem dos açorianos, em particular, e, naturalmente, de Portugal na comunidade internacional, uma vez que estava a decorrer uma conferência mundial sobre o ambiente e o desenvolvimento.

Na mesma altura, o Secretário Regional da Agricultura e Pescas da Região Autónoma dos Açores criticou frontalmente as notícias que circularam, dizendo que não era verdade o que a RTP havia transmitido, bem como o que foi veiculado na reportagem da revista *Quick*.

Também nessa ocasião, o Sr. Secretário de Estado dos Recursos Naturais afirmou e prometeu aos portugueses e àqueles que se interrogaram com aquilo de que tiveram conhecimento, através da escrita e da imagem, fazer um inquérito sobre o que se passava, de acordo com a legislação, punir os prevaricadores, se os houvesse.

Aconteceu, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que na passada terça-feira, como já referi, num programa realizado pela RTP, essas mesmas imagens surgiram ainda de forma mais crua, aos olhos dos portugueses.

Parece-nos, pois, que Portugal deve fazer respeitar os seus compromissos junto da comunidade internacional. De facto, Portugal ratificou, em 1981, a Convenção de Berna, relativa à Conservação da Vida Selvagem e dos Habitats Naturais, da Europa, e o Governo português elaborou, em 1989, o decreto-lei que regulamenta a aplicação dessa Convenção e proíbe a captura, a detenção e o abate das espécies da fauna inscritas nos anexos da Convenção, nos quais se referem os golfinhos. O mesmo se diga do Decreto-Lei n.º 114/90, de 5 de Abril, relativo ao comércio internacional das espécies da fauna e flora selvagens ameaçadas de extinção, entre as quais se incluem os golfinhos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Nesta conformidade, entregámos já na Mesa da Comissão Permanente um projecto de deliberação que comete à Comissão de Administração do Território, Equipamento Social e Poder Local e Ambiente a realização de uma audição parlamentar, com a brevidade possível, para que sejam apurados os factos e salvaguardada a imagem e a dignidade do povo açoriano, designadamente dos pescadores. E isto porque se, de facto, há atropelos e ilegalidades de tempo, certamente não são cometidos genericamente por todos os pescadores.

Por outro lado, temos uma preocupação, a qual consideramos que esta audição parlamentar deve procurar esclarecer, que tem a ver com o facto de saber se as entidades nacionais e as organizações dos sectores envolvidos podem ser, de alguma forma, responsabilizadas neste processo.

Por último, importa ainda apurar até que ponto as imagens e informações que a RTP veiculou são ou não fabricadas, por que também pode estar em causa uma questão de especulação.

A bem do interesse nacional e da dignidade do povo português, em particular dos açoreanos, todas estas questões devem ser esclarecidas. Neste sentido, solicitamos aos grupos parlamentares que dêem o seu consenso para que este projecto de deliberação possa ser votado no período da ordem do dia, a fim de que no próximo dia 6 de Outubro, quando a Comissão de Administração do Território, Equipamento Social, Poder Local e Ambiente reunir, possa já desenvolver esforços no sentido de promover e levar a bom termo a audição parlamentar que propomos.

**O Sr. Presidente:** — Para exercer o direito regimental de defesa da consideração, tem a palavra o Sr. Deputado Mário Maciel.

**O Sr. Mário Maciel (PSD):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Gostaria de tomar posição sobre esta matéria, porque ela é suficientemente grave para que, da parte de alguém que representa, nesta Câmara, a Região Autónoma dos Açores, não haja uma tomada de posição.

**O Sr. João Amaral (PCP):** — Mas quem é que representa a Região Autónoma dos Açores?! Ora essa!

**O Orador:** — O jornalismo de investigação é uma modalidade mentória e digna de fazer jornalismo. Obviamente, a sua principal intenção é a de apurar a verdade e denunciar irregularidades, mas há limites e o jornalismo de investigação tem de ter seriedade, objectividade, e honestidade e tem de respeitar a dignidade alheia.

O que é que aconteceu nessa reportagem? Já existem testemunhos públicos das pessoas envolvidas na mesma de que houve aliciamento monetário, coacção psicológica dos entrevistados, mentira e falsificação. Ou seja, a reportagem deixou de ser uma peça de jornalismo de investigação para ser uma peça de publicidade enganosa sobre a Região Autónoma dos Açores.

As autoridades regionais nunca negaram a prática de actos isolados, cometidos por cidadãos sem escrúpulos, que caçam cetáceos, nomeadamente golfinhos, isolada e esporadicamente, nos mares dos Açores. No entanto, sempre dissemos que essa prática não é corrente, não é comum, não é generalizada nem é assumida pelo povo açoreano na sua totalidade. Esses indivíduos, sobre os quais irá recair a lei e a justiça, são repudiados pela maioria esmagadora dos açoreanos.

Ficamos, pois, ofendidos pelo facto de, na sequência dessa reportagem, ter ficado a impressão de que nós, povo dos Açores, temos apetência para violar as leis de protecção dos cetáceos e, inclusive, temos como prática comum a ingestão de carne de golfinho. Ora, nos Açores não se come carne de golfinho nem essa carne é servida em qualquer restaurante.

Por outro lado, nos Açores, os pescadores não utilizam isco de golfinho para pescar atum, que é, como sabem, a base da nossa economia pesqueira — a indústria conserveira. A pesca do atum faz-se através da modalidade de salto e vara, que utiliza isco vivo, chicharro e cavala, jamais golfinho. Aliás, o golfinho, lamentavelmente, é utilizado como isco noutras partes do planeta, não nos mares dos Açores.

Na Região Autónoma dos Açores estamos ofendidos com esta reportagem e vamos utilizar todos os meios à nossa disposição para que a verdade seja esclarecida, sobretudo, Sr. Presidente e Srs. Deputados, depois de a RTP Açores, numa atitude louvável, ter entrevistado as pessoas envolvidas nessa reportagem e elas terem dito publicamente

que foram coagidas, aliciadas e enganadas para perpetrarem aqueles actos.

**O Sr. João Amaral (PCP):** — Vamos ver se não foram coagidas por V. Ex.ª!

**O Orador:** — Há, inclusive, testemunhos de cidadãos que foram enganados por um pretensso casal de turistas — afinal, eram jornalistas —, que lhes pediram para fazerem receitas antigas de culinária dos Açores. Obviamente, nos Açores, nos tempos antigos, a carne de cetáceo era ingerida, mas após a proibição e a protecção dessa espécie, a população dos Açores nunca mais teve esses hábitos.

Portanto, tudo ficou claro, foi uma orquestração lamentável da RTP contra o bom nome da Região Autónoma dos Açores que veio prejudicar seriamente os interesses lícitos da indústria conserveira açoreana.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, não é comum nesta Casa, na Assembleia da República, e parece-me até deslocado,

**O Sr. José Magalhães (PS):** — Deslocado?!

**O Orador:** — ... que um Deputado queira fazer uma audição parlamentar, porque dois ou três indivíduos mataram ou chacinaram alguns golfinhos.

**O Sr. José Magalhães (PS):** — Mas o Sr. Deputado acabou de dizer que se trata de um *complot* mundial?!

**O Orador:** — Por que não fazer também uma audição parlamentar aos continentais que chacinaram o lince da Malcata? E por que não fazer uma audição parlamentar para saber quem foram os continentais que chacinaram o lobo ibérico?

Parece-me que se trata de uma atitude que lança um labéu de suspeição sobre a Região Autónoma dos Açores e, mais, a Assembleia da República devia, através de si, tomar consciência, de uma vez por todas,...

**O Sr. Presidente:** — Peço-lhe para terminar, Sr. Deputado.

**O Orador:** — ... de que a Região Autónoma dos Açores tem um Parlamento regional.

Se o seu partido quer fazer audições parlamentares desta natureza, primeiro tem de ganhar o direito de ser eleito para a assembleia legislativa regional, que é o órgão que fiscaliza o governo regional e que debate e analisa as ocorrências na Região Autónoma dos Açores.

**O Sr. José Magalhães (PS):** — O mar já nem sequer é mar nacional, é mar regional!

**O Sr. Presidente:** — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado André Martins.

**O Sr. André Martins (Os Verdes):** — Sr. Presidente, fiquei surpreendido com o pedido de defesa da consideração do Sr. Deputado Mário Maciel, porque, de facto, parece-me que não ofendi a consideração de ninguém, antes pelo contrário, a minha intervenção e o projecto de deliberação que aqui apresentámos vão no sentido de defender aqueles que, de alguma forma, podem estar ofendidos com tudo o que se tem passado.

Depois de o Sr. Deputado Mário Maciel falar, eu é que posso dizer que fiquei ofendido, pois fez acusações e deturpou as intenções da minha intervenção e da apresentação do projecto de deliberação.

De facto, Sr. Deputado, as suas palavras implicam que as declarações do Secretário Regional da Agricultura e Pescas da Região Autónoma dos Açores, proferidas em Junho de 1992 e, uma vez recentemente, precisamente no programa da RTP, me mereçam algumas dúvidas. É que V. Ex.<sup>a</sup> fez aqui a acusação de que eu estou a menosprezar o papel e a importância da Assembleia Legislativa Regional dos Açores. Certamente, Sr. Deputado, isto tem algo por detrás, que não quero aqui desenvolver, mas V. Ex.<sup>a</sup> deve saber, o porquê da sua posição, quando refere que a nossa intenção é dizer que não há poderes instituídos, e capazes de resolver, está questão ao nível regional.

O que está aqui em causa, Sr. Presidente e Srs. Deputados, é uma questão de interesse nacional e de compromissos nacionais perante a Comunidade Europeia. Existem directivas comunitárias e recomendações, do Conselho da Europa que Portugal tem de respeitar, bem como a legislação internacional, como é o caso da Conferência de Berna, que foi ratificada e da qual resultaram compromissos que Portugal tem de assumir. Queremos, pois, que isto seja posto a claro na Assembleia da República, através da comissão competente.

Sr. Deputado Mário Maciel, quanto às afirmações que aqui fez, gostaria que tivesse oportunidade de as repetir, precisamente, na comissão competente quando estiver a decorrer a audição parlamentar.

Também gostaria de deixar muito claro que não fiz aqui quaisquer afirmações relativas à quem fez o programa. O Sr. Deputado, com certeza, terá razões e dados que justifiquem as suas afirmações. Acontece que quem fez a reportagem, fez-la por alguma razão e, enquanto isso não ficar clarificado, não conhecemos os factos, não posso afirmar que alguém aliciou ou fez o que quer que fosse para a realizar. Reportagem essa que, como todos sabemos, teve um grande impacto na opinião pública em Portugal. Srs. Deputados, mais uma vez, apelo aos grupos parlamentares para que se chegue a um consenso que permita que este projecto seja votado ainda hoje. Assim, a comissão competente, poderia dar andamento, o mais rapidamente possível, ao processo.

Naturalmente, não está aqui em causa a Assembleia Legislativa Regional dos Açores nem todas as acções que esta possa desenvolver no sentido de esclarecer esta questão, inclusivamente em termos de sensibilização. Em todo o caso, se há pescadores açorianos que foram aliciados, levados, ou que, de quando em vez, desenvolvem acções dessas, seria desejável que a própria Assembleia Legislativa Regional dos Açores, bem como o Governo Regional dos Açores, desenvolvessem campanhas de sensibilização, junto dos pescadores para que situações destas não aconteçam.

Contudo, não é isso que está aqui em causa, Sr. Deputado. O que pretendemos é que a Assembleia da República Portuguesa desenvolva outros esforços que lhe compete, tem enquanto Parlamento nacional.

O Sr. Mário Maciel (PSD) — Sr. Presidente, peço a palavra para fazer um pequeno esclarecimento à Câmara, que me parece útil, que será breve. A questão que se levanta é a seguinte: não é como representante dos Açores! Isso não existe.

O Sr. Mário Maciel (PSD) — Sr. Presidente, peço então a palavra para interpelar a Mesa. A questão que se levanta é a seguinte: não é como representante dos Açores! Isso não existe.

O Sr. Presidente — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Mário Maciel (PSD) — Sr. Presidente, queria apenas informar a Câmara de que aquilo que o Sr. Deputado André Martins classificou de acusações são apenas relatos do que passou ontem no telejornal da RTP Açores e que, por razões óbvias, o público continental não pôde ver, uma vez que não é emitido no espaço nacional. Devo, pois, informar que as pessoas que foram envolvidas nessa reportagem e entrevistas pela mesma empresa que elaborou disseram ter sido enganadas, ludibriadas e induzidas em erro, porque os propósitos iniciais que lhes foram transmitidos eram manifestamente diferentes, dispare do resultado final dessa reportagem. Foi o que transmiti à Câmara por se tratar de uma informação útil.

O Sr. Presidente — Srs. Deputados, terminámos o período de debates da ordem do dia.

Erão 17 horas e 45 minutos.  
ORDEN DO DIA

O Sr. Presidente — Srs. Deputados, o primeiro ponto da ordem de trabalhos refere-se ao assentimento para S. Ex.<sup>a</sup> o Presidente da República se deslocar para o estrangeiro.

Em primeiro lugar, está prevista uma deslocação a Espanha, à cidade de Zamora, nos dias 9 e 10 do próximo mês de Outubro, a convite da Diputación de Zamora e do Instituto de Estudos Zamoranos Florian de Ocampo, para inaugurar uma estátua do Rei D. Afonso Henriques, no âmbito das comemorações do 850.º aniversário do Tratado de Zamora e, por esse motivo, requer S. Ex.<sup>a</sup>, nos termos dos artigos 132.º, n.º 1 e 166.º, alínea b), da Constituição, o necessário assentimento da Assembleia da República.

O Sr. Secretário vai proceder à leitura do parecer e proposta de resolução da Comissão Permanente.

O Sr. Secretário (João Salgado) — Sr. Presidente e Srs. Deputados, é do seguinte teor. A Comissão Permanente da Assembleia da República, tendo apreciado a mensagem de S. Ex.<sup>a</sup> o Presidente da República, em que solicita o assentimento para se deslocar, em visita de carácter oficial, a Espanha, entre os dias 9 e 10 do próximo mês de Outubro, apresenta a seguinte proposta de resolução.

Nos termos do n.º 1 do artigo 132.º da Constituição, a Assembleia da República dá o assentimento à deslocação de carácter oficial de S. Ex.<sup>a</sup> o Presidente da República a Espanha, entre os dias 9 e 10 do próximo mês de Outubro.

O Sr. Presidente — Vamos votar o parecer e proposta de resolução.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

A segunda mensagem de S. Ex.<sup>a</sup> o Presidente da República é do seguinte teor: está prevista a minha deslocação à República da Coreia, em visita de Estado, a convite do Presidente Kim-Young Sam, entre os próximos dias 14 e 18 de Outubro, um dos quais será, aliás, consagrado a Portugal pela EXPO'93, em Seul. Está também prevista a minha deslocação ao Japão, em visita de Estado, a convite de S. Majestade o Imperador Akihito, entre os próximos dias 18 e 27 de Outubro, por ocasião das comemorações do 450.º aniversário da chegada de portugueses ao Japão. Na sequência destas duas visitas de Estado, deslocar-me-ei a Hong-Kong, no próximo dia 28 de Outubro, e visitar o território de Macau, entre os próximos dias

29 de Outubro e 1 de Novembro, estando previsto o meu regresso a Lisboa no próximo dia 2 de Novembro.

O Sr. Secretário vai proceder à leitura do parecer e proposta de resolução emitido pela Comissão Permanente.

O Sr. **Secretário** (João Salgado): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, é do seguinte teor A Comissão Permanente da Assembleia da República, tendo apreciado a mensagem de S. Ex.<sup>a</sup> o Presidente da República, em que solicita o assentimento para se deslocar, em visita de carácter oficial, à Coreia, entre os dias 14 e 18 de Outubro; ao Japão, entre os dias 18 e 27 de Outubro; a Hong-Kong, no dia 28 de Outubro e ao Território de Macau, entre os dias 29 de Outubro e 1 de Novembro, apresenta a seguinte proposta de resolução:

Nos termos do n.º 1 do artigo 132.º da Constituição, a Assembleia da República dá o assentimento à deslocação de carácter oficial de S. Ex.<sup>a</sup> o Presidente da República à Coreia, entre os dias 14 e 18 de Outubro; ao Japão, entre os dias 18 e 27 de Outubro, a Hong-Kong, no dia 28 de Outubro e ao Território de Macau, entre os dias 29 de Outubro e 1 de Novembro.

O Sr. **Presidente**: — Vamos votar o parecer e proposta de resolução.

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.*

Srs. Deputados, vamos iniciar a discussão do projecto de deliberação n.º 80/VI — Convocação de reuniões extraordinárias do Plenário, antes do início da próxima sessão legislativa (PCP).

Neste projecto foi introduzida uma correcção pelo próprio Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português ao seu texto inicial, no sentido do Plenário reunir a partir do próximo dia 6 de Outubro.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Octávio Teixeira.

O Sr. **Octávio Teixeira** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O nosso projecto de deliberação visa, como foi referido pelo Sr. Presidente, que os trabalhos do Plenário da Assembleia da República se reiniciem já no próximo dia 6 de Outubro e não na data oficialmente prevista para o início da nova sessão legislativa.

Consideramos que há razões de fundo que justificam e sustentam esta antecipação dos trabalhos parlamentares, que não da sessão legislativa logicamente — a antecipação não é da sessão legislativa, mas dos trabalhos do Plenário da Assembleia da República.

Desde logo, do nosso ponto de vista, existem razões que têm a ver com o processo eleitoral que se irá desenvolver, em Dezembro próximo futuro, na medida em que está previsto que o Plenário da Assembleia da República suspenda as suas actividades durante o período de campanha eleitoral.

Nesse sentido, é necessário prever o tempo suficiente para que o Orçamento do Estado para 1994 possa ser discutido regularmente na Assembleia, sem atropelos nem constrangimentos, que apenas podem dificultar e tornar menos clara a sua análise e discussão.

Por outro lado, justifica-se ainda porque é já claro e publicamente assumido pelo Governo de que teremos este ano, na Assembleia da República, um orçamento suplementar que não se circunscreve a meras transferências interministeriais ou a algo parecido.

Trata-se de um orçamento suplementar — tudo leva a crer — que implicará, desde logo e como quadro de fundo,

a duplicação do défice orçamentalmente previsto em 1993, quer em relação nominal quer em relação ao produto interno bruto. É uma alteração de monta que convém ser analisada profunda e cuidadosamente pela Assembleia da República.

Acresce ainda, Sr. Presidente e Srs. Deputados, o facto de ter dado entrada na Assembleia da República legislação que tem a ver com as próprias autarquias locais e, designadamente, com o seu processo eleitoral. Ora, importa vê-la aprovada atempadamente, de modo a que, durante o processo de eleições que se vai realizar, essas situações estejam já convenientemente alteradas e, pelo menos num caso concreto — que me parece ser o mais evidente e que é o caso das despesas permitidas nas campanhas eleitorais —, com o consenso da Câmara.

Nesta matéria creio que existe, pelos projectos de lei apresentados na Assembleia da República, um largo consenso no sentido de a adequar à realidade, embora possa haver diferenças de opinião — e há — sobre o montante a circunscrever para essas despesas eleitorais.

Mas deram ainda entrada outros projectos, como há pouco referi, designadamente projectos que têm a ver com as competências e a forma como os presidentes e membros das juntas de freguesia devem exercer o seu mandato, que interessa igualmente ver discutidos e votados.

Estas são as razões substanciais que justificam a abertura antecipada dos trabalhos parlamentares.

Gostaria apenas de referir como complemento e acerca do Orçamento, na medida em que o nosso projecto de deliberação propõe a antecipação dos trabalhos para o dia 6 de Outubro, que seria desejável que a Assembleia procurasse, junto do Governo, se este pudesse apresentá-lo até ao dia 1 de Outubro.

Sobre esta segunda parte, acrescentaria que é a própria Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado Adjunta do Ministro das Finanças que, em entrevista recente, afirmou que «a Assembleia não deverá discutir o Orçamento do Estado para 1994 sem ter a concreta ideia de como está o Orçamento do Estado para 1993», devendo, segundo ela, que esta garantia seja assegurada.

Para além disso, a Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado Adjunta prevê que o Orçamento seja aprovado na sessão do Conselho de Ministros de amanhã, quinta-feira. Por conseguinte, a tempo de poder ser apresentado na Assembleia da República até ao dia 1 de Outubro.

No entanto, e gostaria de frisar, o problema que aqui se põe não é o de mais ou menos um dia: é o de que dêem entrada na Assembleia da República atempadamente, quer o Orçamento suplementar quer o Orçamento do Estado para 1994, e que seja garantido a todos os Deputados da Assembleia da República o tempo necessário e suficiente para analisarem, avaliarem, ponderarem e discutirem estas duas propostas de lei, bem como para poderem apreciar outros projectos de lei que, neste momento, se tomam urgentes. É nesse sentido que aponta a proposta que apresentamos.

Uma última referência se impõe: a alteração da data que inicialmente tínhamos proposto para o começo dos trabalhos parlamentares e a que agora propomos. Alterou-se a data de 29 de Setembro para 6 de Outubro, porque, na altura, admitíamos que o nosso projecto de deliberação fosse discutido e votado na Comissão Permanente que teve lugar há 15 dias atrás e, por isso, quisemos agora adequá-lo minimamente para que, no caso da sua aprovação, haja um tempo mínimo para preparar a abertura dos trabalhos parlamentares.

O Sr. **José Manuel Maia** (PCP): — Muito bem!

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, têm a palavra o Sr. Deputado José Magalhães. **O Sr. José Magalhães (PS)**: Sr. Presidente, Srs. Deputados. Expressamos atempadamente o nosso acolhimento ao quanto a ideia de que o Parlamento deveria preparar-se para enfrentar, em condições adequadas, a circunstância que nos foi descrita, e que deve ser objectivamente reconhecida por todos nós.

Há um período eleitoral autárquico, mas, ainda que ele não existisse, cremos — e isso foi adiantado em propostas apresentadas pela bancada do PS — que a própria ideia de Enquadramento do Orçamento do Estado deveria passar a corporizar a necessidade de uma certa antecipação procedimental, por forma a permitir ao Parlamento uma consideração mais larga, mais ponderada, mais folgada, de toda a vasta massa de dados que a preparação e o debate de um Orçamento, por definição, sempre implica.

Neste caso concreto, com que estamos confrontados, há única interrogação não está nos bons argumentos a favor da antecipação da preparação deste debate, mas sim em saber quais são os argumentos que alguém pode invocar contra um calendário, como este que tem sido agora adiantado, que tem como virtudes bastante evidentes: as ideias, por um lado, mais tempo para apreciação de um documento de natureza fundamental, e há que incluir aqui também as Grandes Opções do Plano, por outro, permitir às comissões parlamentares um trabalho mais sério e ponderado de contacto com os membros do Governo e de avaliação até da discussão do Orçamento do Estado do ano em curso, o qual, como se sabe, envolve melindrosos problemas. Há situações orçamentais de certos ministérios que exigem uma avaliação muito cuidadosa.

Além disso, está também em preparação, como se sabe, um Orçamento suplementar, que carece também ele próprio de uma discussão séria e ponderada e que, de resto, deve ser aprovado antes do Orçamento para 1994, como a ordem natural das coisas indica e ele mandará.

Portanto, a concatenação destas duas coisas e dessa terceira, que é a realização de eleições autárquicas, justifica, de *per se*, que as comissões parlamentares não tenham de esperar até um período posterior a 15 de Outubro, para lançar mãos ao trabalho neste domínio.

Acresce, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que as comissões parlamentares devem também lançar mãos às tarefas legislativas que são pressuposto da realização normal do acto eleitoral. Também aqui não ouvimos qualquer argumento da bancada do PSD que explique, razoavelmente, porque é que as comissões parlamentares não têm de parar já, calma e ponderadamente, a legislação que é relevante para o quadro legal, necessário para as eleições autárquicas se realizem, fique, perfeito, fixado e cristalinamente definido o mais depressa possível.

Os dois diplomas que, no caso concreto, o Grupo Parlamentar do PCP adiantou, mas que tinham aparecido no discurso, que produzimos aqui na última reunião da Comissão Permanente, são, de certa maneira, de enquadramento da actividade autárquica e um deles até de enquadramento das despesas eleitorais, que é uma questão fundamental para os partidos políticos poderem calcular exactamente em que malhas é que vão de tecer as suas campanhas; uma legislação dessas é quase inimaginável, devo dizer, até que é um pouco absurdo e as pessoas que analisam a nossa realidade política estranham, que não estejam já aprovados.

Estamos a poucos dias do arranque do processo e não se sabe, de *lege*, qual é o montante a que cada um está

vinculado. Ou melhor, o montante a que cada um está vinculado é constante da lei em vigor, que é absurdo e incumprível e, portanto, não que acontece é que os candidatos serão obrigados a arrancar com uma campanha sob um quadro legal que, manifestamente, não pode ser respeitado, que toda a gente reconhece que é inadequado e que o PSD reconhece ser desactualizado e inepto, não dando, no entanto, um passo para acelerar a sua alteração, e não sei em palavras, que é um estado de espírito, uma psicologia. Basta, nesta manhã, termos sintonizado as estações de rádio, para termos ouvido a notícia de que a Assembleia da República vai alterar a legislação sobre a transparência, sobre os cargos políticos e sobre o financiamento dos partidos políticos. Notícia agradável, notícia positiva, notícia que importava que tivesse uma base regimental concreta. Mas, olhando-se para a bancada do PSD, o que se verifica é que essa base regimental concreta parece faltar e, quando aparecem iniciativas, tendentes a dar essa base concreta, o PSD adopta uma postura de silêncio ou, mesmo, de denegação.

O Sr. **Octávio Teixeira (PCP)**: É outra cartilha.

O Sr. **Orador**: A não ser que se deseje, como sugere o Sr. Deputado Octávio Teixeira, fazer uma homilia específica, por via epistolar, como agora está na moda, segundo o costume introduzido pelo Sr. Primeiro-Ministro e, portanto, teremos de esperar pela próxima edição do *Expresso* ou do *Semário* para dentro encontrarmos uma epístola com uma resposta putativamente a esta questão que agora é suscitada.

Mas a verdade, Srs. Deputados, é que estamos a perder tempo.

O Sr. **Rui Carp (PSD)**: Exactamente.

O Sr. **Orador**: É esta sensação de que o Parlamento perde tempo é perigosa em termos democráticos. É em relação a isso, Sr. Presidente — se me permite —, que gostaria de dedicar uma observação brevíssima e final.

O Sr. Presidente, Srs. Deputados. É pelo menos estranho que, no momento em que, na sociedade civil, se discute entusiasticamente uma iniciativa como aquela que surge consubstanciada no chamado projecto Porter, a Assembleia da República esteja fechada à calada e ensimesmada discutindo coisa nenhuma.

O Sr. **Guilherme d'Oliveira Martins (PS)**: Muito bem.

O Sr. **Orador**: — É pelo menos aberrante que o Orçamento do Estado e as Grandes Opções do Plano estejam a ser preparados como se nada disto que tem importância estratégica estivesse a ocorrer e como se o que se passa no primeiro andar da nossa economia e do nosso planeamento não tivesse nada a ver com o que se passa no rés-do-chão, no «gavetão» ou no «quintal». Está técnica de, de um lado, os mecanismos institucionais, pesados, calados, improdutivos, invisíveis, com «nãos» cujas razões não se percebem, com tentativas de oposições no sentido de fazer avançar iniciativas que barram ou que depaenam, com bloqueios da própria maioria parlamentar, este clima de bloqueio, de marcar passo, de perda de tempo, dos contribuintes não verem em que é que o seu dinheiro está a ser aplicado, utilmente, no pagamento das pessoas que estão a discutir isto, que parece demasiado *unmatch-nulo*, uma luta com resultados nulos, enquanto isto se passa e é perigoso para a democracia, do outro



lado, há discussões sobre os *clusters* da economia portuguesa, as metas, o papel das empresas, os sectores a privilegiar e os sectores a não privilegiar, os sectores que devem merecer financiamento, os sectores que devem ser contemplados com medidas específicas de apoio. Isto parece passar-se noutro mundo e, então, há dois «Portugais», há dois mundos: o mundo das instituições, cavernoso, silencioso, pantanoso, onde o PSD impõe uma mastigação lenta e infecunda de temáticas condenadas ao zero — vejam-se os resultados indicados pela posição do PSD, que se resume a três palavras: primeiro, não; segundo, não; e terceiro, não — e o outro mundo onde estas questões são discutidas e onde os agentes económicos procuram tomar pé e arrancar para posições de partida, porque sabem que o Mercado Único está aí e há desafios a responder, há questões concretas, há pagamentos a fazer, há trabalhadores a quem é preciso pagar salários, há empresas que é preciso reerguer, há uma banca que é preciso satisfazer quanto aos seus juros e outros encargos e, portanto, a vida continua.

Este divórcio, Sr. Presidente e Srs. Deputados, é extremamente perigoso. Está nas vossas mãos, maionia parlamentar, neste caso — por enquanto! — decidirem aceitar que a Assembleia da República ponha cobro a esse divórcio, discutindo uma agenda séria que tem a ver com o País, como, por exemplo, a educação, como o Grupo Parlamentar do PS agora propõe e o Sr. Deputado Guilherme d'Oliveira Martins teve ocasião de demonstrar, que exigiria de imediato uma discussão séria de tudo o que está a ser discutido fora, porque, cada vez que os Srs. Deputados se recusam a discutir aqui dentro estas matérias, estão a criar o risco de elas serem discutidas não só lá fora, mas, provavelmente, de formas que não nos sensibilizarão a todos, como seria mais desejável.

Ou seja, estão a abrir caminho à pressão extra-sistémica, estão a abrir caminho a cenas como aquelas que aconteceram na Reitoria da Universidade de Lisboa e que o vosso Governo, tão preocupado com a segurança, com a dignidade, com a autoridade e com a força do Estado, calou, aceitou e engoliu, assumindo uma posição indigna, em termos de postura de Estado.

A culpa de tudo isso é exclusivamente vossa, porque deveriam estar aqui hoje a aceitar a discussão dos problemas da educação, não apenas a questão das propinas, mas também a questão do sistema, que está à deriva, com um Ministro que parece andar com um caixote distribuindo benesses, fazendo promessas, acalmando e afagando sectores, procurando apagar fogos, sem que se perceba se, naquela cabeça, há uma ideia vaga sobre qual é a estratégia para uma educação portuguesa virada para o futuro. Presume-se que ali chocalham coisas muitas, mas não um plano para que haja uma estratégia para a educação!

O embaraço do Sr. Deputado Pedro Roseta, que não disse uma palavra sobre isto — e falou na qualidade de Presidente da Comissão de Educação, Ciência e Cultura, qualidade em que não era aqui chamado, de resto —, revela precisamente que o PSD, neste momento, aqui no Parlamento, não tem uma linha de defesa do Ministro Couto dos Santos e está embaraçado. Mas, porque o PSD tem esse embaraço, todos nós estamos proibidos de discutir educação! Achamos que é uma aberração completa.

A última palavra, Sr. Presidente; é para a toninha. A audição parlamentar, Sr. Presidente, é um instituto digno e importante e serve precisamente para tirar teimas, pois aparentemente o Sr. Deputado Mário Maciel tem uma teima a tirar.

O Sr. Deputado Mário Maciel acha que a RTP-1 e o programa *Repórteres* fez uma espécie de conspiração anti-

Região Autónoma dos Açores para, através de *undercover agents* — jornalistas disfarçados de casal amante e amoroso —, enganar e ludibriar honestos pescadores da Região.

É uma ideia conspirativista, é uma ideia cabalística e é também a velha mania de transformar a discussão de coisas simples numa espécie de discussão sobre tira-teimas em matéria de brió regional/nacional.

**O Sr. Mário Maciel (PSD):** — Foram eles que o disseram!

**O Orador:** — Sr. Deputado, se a toninha estivesse a ser assassinada aqui ao pé, em Cascais, ainda aí seria um problema, mas, por razões geográficas, não está a ser assassinada em Cascais, é nos Açores que isso acontece. Portanto, não há nenhum afago à autonomia, não há violência de carácter algum em relação à Região Autónoma dos Açores, quando alguém coloque em qualquer sítio do território nacional ou na Europa, na outra Europa, no Parlamento Europeu...

Quando um Deputado do Parlamento Europeu rasga as vestes e diz «eu quero saber o que é que está a acontecer à toninha na Região Autónoma dos Açores» está a exercer o seu direito.

**O Sr. Mário Maciel (PSD):** — Não está acontecer nada!

**O Orador:** — E o Sr. Deputado diz «não está a acontecer nada». Mas, depois, há um grupo de jornalistas que diz «está a acontecer muito, está a ser cortada aos bocadinhos e comida».

**O Sr. Presidente:** — Sr. Deputado, peço-lhe que conclua.

**O Orador:** — Concluo já, Sr. Presidente.

Portanto, a única maneira de tirar teimas nesta matéria, Sr. Presidente e Srs. Deputados, é discutindo, porque, de contrário, as coisas são discutidas na televisão. Não tenho nada contra isso, acho até normal, é um mecanismo da democracia moderna e electrónica, mas que o Parlamento, simultaneamente, seja calado, desvitalizado na era da democracia electrónica só acontecerá por responsabilidade exclusiva da bancada do PSD, pois, pela nossa parte, votaremos à favor de todas as iniciativas que vitalizem o Parlamento e contra as que o tentem silenciar e matar.

*Aplausos do PS*

**O Sr. Presidente:** — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputados Rui Carp.

**O Sr. Rui Carp (PSD):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Vou referir-me apenas ao primeiro ponto da ordem do dia, que é o projecto de deliberação apresentado pelo Partido Comunista.

**O Sr. José Magalhães (PS):** — Mas também consta um apresentado pelo PS!

**O Orador:** — Vou referir-me concretamente a este porque é o que, digamos assim, tem mais matéria inovadora. Este projecto de deliberação, independentemente do seu objecto, está ferido de ilegalidade, pelo menos, mas, porventura, até de inconstitucionalidade. Mas a ilegalidade é clara!

É, aliás, curioso que o Partido Comunista, que gosta sempre tanto de invocar inconstitucionalidades, ilegalidades e incumprimentos vários da Constituição, apresente





to de». Basta saber ler, Sr. Deputado! Não é impôr nada ao Governo, mas, sim, diligenciar no sentido de.

Repito, não há aqui uma imposição! Ou o Sr. Deputado Rui Carp põe a mão na consciência e altera a intenção de voto que tinha há uns minutos atrás, ou, então, tem de explicar-nos por que é que considera inoportuno que o Plenário da Assembleia da República trabalhe e discuta sobre os problemas do País.

**Voices do PCP:** — Muito bem!

**O Sr. Presidente:** — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado José Magalhães, que, para o efeito, dispõe de um minuto cedido pelo Os Verdes.

Tem a palavra, Sr. Deputado

**O Sr. José Magalhães (PS)** — Sr. Presidente, Sr. Deputado Rui Carp, creio que o seu embaraço foi tão grande que se projectou nos seus argumentos, pois estes encolheram. Repare: o argumento da ilegalidade, em relação a medidas deste tipo, é francamente disparatado, não tem sentido, porque sempre está subjacente que se trata de diligenciar, de oficial, de gerar consensos. Havendo um consenso entre bancadas e o Governo, no sentido de acelerar um processo deste tipo, isso permite, sem violação de nenhuma lei da Constituição, antecipar o que pode ser antecipado, com vantagem para o País, para o Parlamento e até para o Governo, que teria mais tempo para ver expandidas as suas posições. Este é um primeiro aspecto!

Portanto, o Conselho Económico e Social poderia ser consultado, deveria ser consultado, etc.

Mas a segundo aspecto é mais dramático. Repare na maneira como o Sr. Deputado, que, por acréscimo, é economista e dirigente da sua bancada, desvalorizou a questão do relatório Porter. Não tenho sequer a versão integral desse relatório e não faço parte desse círculo que a ele teve acesso, mas esse é, de facto, um problema. Quando vejo ministros de Portugal a proporem coisas alternativas a esse relatório, dando-lhes um estatuto que nenhum documento tem em Portugal, então, ele passa a interessar-me enquanto Deputado da República. Se esse documento leva ministros a proporem coisas alternativas, mas alternativas em relação a quê? Aos *clusters*, aos ninhos, aos nichos, aos favos do Sr. Potter, então, isso interessa-me, porque quero saber se isso é madeira, se é têxtil ou calçado ou se é *chips*, silicone para o nosso *Silicon Valley*. Isso interessa-nos a todos! Como é que o Parlamento português pode não discutir isto e estar aqui a ouvir V. Ex.<sup>a</sup>, o que é, sem ofensa, uma perda total de tempo?

**Voices do PS:** — Muito bem!

**O Sr. Presidente:** — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Carp.

**O Sr. Rui Carp (PSD)** — Sr. Presidente, Sr. Deputado José Magalhães, V. Ex.<sup>a</sup> tem todo o direito de saber para que serve ou não o silicone. Isso é um problema seu!

Agora, o que nos interessa é que o Governo utiliza os documentos, os estudos internos que quiser. Em relação a esse tal relatório da equipa do Sr. Porter, talvez tenha sido um privilegiado porque, por outras portas, tive acesso a esse documento. Mas, Sr. Deputado, todos os seus aspectos fundamentais apareceram na imprensa, aliás muito melhor tratados do que no próprio relatório. Confesso que os jornalistas portugueses fizeram um excelente trabalho nes-

sa matéria. Quando aparecerem aqui as Grandes Opções do Plano será a altura de confrontar o relatório Porter e outros com as propostas do Governo, mas dentro dos prazos legais e constitucionais.

Este projecto de deliberação tem, de facto, uma ilegalidade — e com isto respondo também ao Sr. Deputado José Magalhães, que é o proponente do projecto. Li todo o projecto de deliberação e não apenas o seu n.º 2.

**O Sr. José Magalhães (PS):** — Também nós!

**O Orador:** — Li o preâmbulo, onde se diz «Que o Governo se disponha a apresentar à Assembleia da República, antes do prazo limite de 15 de Outubro, o Orçamento do Estado para 1994...». Conjugando isto com o n.º 2 do próprio projecto de deliberação, onde aparece a tal expressão «diligenciar», chegamos à conclusão de que há aqui uma pressão política clara e indiscutível.

**O Sr. José Magalhães (PS):** — Um convite!

**O Orador:** — Não é nenhum convite, Sr. Deputado José Magalhães, mas, sim, uma pressão política da Assembleia da República.

A ser aprovado, este projecto de deliberação colocaria claramente em crise o processo de concertação social e a audição que os parceiros sociais têm de realizar no âmbito do Conselho Económico e Social. Ora, isto não está correcto!

Aliás, o Sr. Deputado — e pode até considerar que se trata de uma apreciação subjectiva da minha parte — apresentou este problema com um certo desprezo ao dizer: «eles depois até têm tempo para ver isso tudo», como quem diz não interessa absolutamente nada para nós o que dizem os parceiros sociais no Conselho Económico e Social, pois o que queremos é aqui o «papelinho» para poder dizer mal.

Não é nada disso, Sr. Deputado! Nós aprovámos a Constituição, a lei de enquadramento orçamental e a lei de bases do planeamento, pelo que temos de cumprir a lei. Se os senhores acham que essas leis são más, apresentem propostas de alteração. Agora não podemos é aprovar leis para os senhores, *a forciori*, através de projectos de deliberação, procurarem alterá-las. No fundo, os senhores estão a pôr em crise toda a arquitectura legal e constitucional.

Portanto, repito, devemos discutir esta matéria nos prazos legais, respeitando a autonomia dos órgãos de soberania, tendo o Governo todo o direito de cumprir os prazos e nós o direito e o dever de também os cumprir, exercendo as nossas funções de Deputados, tal como a lei de enquadramento orçamental e a Constituição estipula. Se assim não o fizessemos amanhã o Governo também poderia esquivar-se, dizendo que por outras razões não cumpria a lei, uma vez que os Srs. Deputados também não a cumpriram quando apresentaram este projecto de deliberação.

Portanto, Srs. Deputados, com todo o respeito pelas vossas propostas, pensamos que, num Estado de direito, a lei deve estar em primeiro lugar.

O Governo tem direito de o fazer, tendo nós a garantia de que ele está a fazer o possível para apresentar as propostas de lei do Orçamento do Estado e das Grandes Opções do Plano o mais cedo possível a esta Câmara.

**O Sr. Presidente:** — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado André Martins.

**O Sr. André Martins (Os Verdes)** — Sr. Presidente, Srs. Deputados. A nossa posição é a de considerar que é

de toda a importância que, havendo questões de interesse sobre as quais a Assembleia da República tem de pronunciar-se com a maior brevidade que for possível, este projecto de deliberação seja aprovado. A antecipação dos trabalhos parlamentares possibilitaria à Assembleia da República, designadamente às diversas comissões parlamentares, apreciar atempadamente e ponderadamente as propostas de lei das Grandes Opções do Plano e do Orçamento do Estado para 1994 e também o Orçamento suplementar para 1993.

Pelas razões que já foram aqui aduzidas, vamos votar favoravelmente este projecto de deliberação.

O Querna (ainda) referiu que esta nossa disponibilidade e empenho em que este projecto de deliberação seja votado e aprovado é hoje acrescida pelo facto de o Sr. Ministro das Finanças ter dito que considera que há um buraco de mais de 320 milhões de contos no Orçamento do Estado para 1993. Eu estou, Sr. Presidente e Srs. Deputados, uma razão acrescida para que o Governo, contrariamente àquilo que aqui afirmou o Sr. Deputado do PSD, apresente o mais rapidamente possível o Orçamento suplementar para que a Assembleia da República e as comissões possam debruçar-se sobre essa questão, que, penso, preocupa os Deputados e os portugueses em geral.

O Sr. Presidente: Srs. Deputados, como não há mais inscrições, dou por encerrado o debate do projecto de deliberação n.º 80/VI. No fim da discussão do próximo projecto de deliberação procederemos à sua votação.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): Sr. Presidente, peço a palavra para interpelar a Mesa.

O Sr. Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): Sr. Presidente, é para uma interelação muito breve uma vez que V. Ex. resolveu que se farão as votações no fim, pelo que penso que a questão deve ser dilucidada desde já. Como o Sr. Deputado André Martins há pouco, quando fez a sua intervenção e anunciou a apresentação de um projecto de deliberação, solicitou aos grupos parlamentares o consenso para que pudesse ser apreciado e votado, ainda na sessão de hoje, o projecto de deliberação n.º 82/VI, quero informar o Sr. Presidente que, pela nossa parte, haverá consenso para essa discussão e votação.

O Sr. Presidente: O Sr. Deputado, exactamente informar a Câmara de que não há consenso geral? De modo que o projecto de deliberação do Sr. Deputado André Martins será, tal como requereu, aliás já está informado disso, apresentado na Conferência dos Representantes dos Grupos Parlamentares no dia 7 de Outubro, às 18 horas.

O Sr. João Amaral (PCP): Sr. Presidente, quem foi que se opôs? Foi o CDS ou o PSD?

O Sr. Presidente: Não perguntei ainda, não tive essa curiosidade. Mas em todo o caso posso perguntar agora.

Foi o PSD, Sr. Deputado.

Antes de passarmos à discussão do próximo ponto vou-me permitir fazer um apelo à Câmara. Hoje, muitas pessoas pelas funções que exercem nesta Câmara têm uma função de representação que tem horas marcadas. Enfim, sem prejuízo do direito à intervenção, faço um apelo para que fossem o mais curto e eloquente possível nos vossos arrazoados.

Está em discussão o projecto de deliberação n.º 81/VI — Realização de um levantamento de situações relacionadas com o sistema educativo, da iniciativa do PS.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Guilherme d'Oliveira Martins.

O Sr. Guilherme d'Oliveira Martins (PS): Sr. Presidente, é para corresponder ao apelo de V. Ex. o meu colega José Magalhães na sua intervenção no ponto anterior já falou nestes temas, eu próprio também o abordei no período de antes da ordem do dia, pelo que, Sr. Presidente, uma vez que a proposta vale por si reservar-me-ei apenas para pedir esclarecimentos no caso de outras intervenções suscitar.

O Sr. Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. José Magalhães (PS): Muito bem.

O Sr. Presidente: Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado António Lobo Xavier.

O Sr. António Lobo Xavier (CDS-PP): Sr. Presidente.

terei, Sr. Deputados, quero apenas manifestar a minha adesão ao projecto de deliberação apresentado pelo Sr. Deputado Guilherme d'Oliveira Martins.

O Sr. Presidente: Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Roseta.

O Sr. Pedro Roseta (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, tenho de corresponder ao apelo de V. Ex., até porque também sou interessado, mas não posso deixar de suscitar uma questão prévia, falando agora não como presidente da Comissão de Educação, Ciência e Cultura, mas sim como representante e Deputado do Grupo Parlamentar do PSD.

Há pouco, o Sr. Presidente deu-me a palavra porque assim o entendi, pelo que não vejo qual a pertinência da crítica do Sr. Deputado José Magalhães. Penso que não uso dos seus poderes, o Presidente da Assembleia da República, pode dar-nos termos do Regimento, a palavra aos presidentes das comissões. Usei da palavra apenas para recordar as razões porque a comissão não reuniu e julgo que foi no espírito respeito do Regimento e das normas aprovadas por este Plenário. Parece-me que não haverá aliás nem tinha tempo para falar na matéria de fundo.

Queria deixar claro que entendendo como deputado do PSD, que o trabalho parlamentar, como acontece em todos os parlamentos do mundo, não se esgota em reuniões intramuros. Por certo que o Sr. Deputado Guilherme d'Oliveira Martins não quer que a Comissão de Educação, Ciência e Cultura, lá porque tem carácter permanente, seja permanentemente reunida. O que seria impensável e o que não acontece em nenhum parlamento do mundo.

Diz o Sr. Deputado que o trabalho parlamentar é permanente. Sem dúvida, mas realiza-se durante todo o ano, só que em actividades múltiplas e muitas vezes fora desta Casa. Se assim não fosse, não teriam sentido as disposições constitucionais, legais e regimentais que impõem prazos, não apenas na Assembleia da República mas em todos os outros parlamentos. Daí que confundir trabalho parlamentar com trabalho da comissão me pareça ser redutor.

O Sr. José Magalhães (PS): Então é o excesso de fénias.

O Orador: Este projecto de deliberação contém considerandos que são afirmações, eu diria generalidades, com as quais todos podemos estar de acordo. Os considerandos não nos suscitam nenhuma dúvida. No entanto, o PSD entende que a parte dispositiva deve ser

totalmente reformulada e submetida à Comissão de Educação, Ciência e Cultura

O Sr. José Magalhães (PS) — Então vamos a isso!

O Orador: — Manifestamos desde já, e quero que fique claro, para que o Sr. Deputado José Magalhães não venha dizer que é não e não. Não é!

O Sr. José Magalhães (PS) — Quais são?

O Orador: — Entendemos que na Comissão de Educação, Ciência e Cultura, aliás, já convocada para o próximo dia 7 de Outubro, este projecto, sendo muito incompleto e sendo de discussão muito difícil, pode ser reformulado.

Assim, proporemos na Comissão uma reformulação deste projecto de deliberação pelas razões que vou invocar.

O Sr. José Magalhães (PS). — Em que sentido?

O Orador: — O projecto é muito incompleto, deixa de fora eventuais debates em áreas tão importantes, também para a reforma do sistema educativo, como o ensino especial, o ensino particular e cooperativo, entre muitas outras. Cito estas duas apenas a título de exemplo.

Por outro lado, haverá que clarificar, em sede de comissão, o que se entende por realização de um levantamento de situação em tão vastas áreas e como será feito: com que apoios, com que meios técnicos, com que prazos. Depois, deve referir-se, obviamente, na parte dispositiva, que esse levantamento tem de ser feito em cooperação com o Governo, para evitar duplicação de esforços e de meios. Certamente todos estarão de acordo com isso.

Portanto, como veêm, toda a parte dispositiva tem de ser totalmente reformulada, mas mantemos a nossa abertura.

Chamo ainda a atenção para o facto de que, nos termos da alínea g), do n.º 1, do artigo 37.º do Regimento, «Compete às comissões especializadas permanentes. (...) Propor ao Presidente da Assembleia da República a realização de um debate no Plenário, sobre matéria da sua competência, para que a Conferência julgue da sua oportunidade e interesse, e designar relator se a proposta for aprovada;». Sendo assim entendemos que é mais curial — e uma vez que dentro de breves dias teremos uma reunião desta Comissão — para cumprir este artigo do Regimento que este projecto de deliberação seja apresentado à Comissão de Educação, Ciência e Cultura, para ser reformulado, corrigido e completado, sendo depois proposto ao Sr. Presidente da Assembleia da República para subir a Plenário.

Votaremos contra por estas razões, mas deixando clara a nossa abertura a estes debates. Penso que isso não pode ser escamoteado. Agora, como diziam os antigos «*esd modus in rebus*», a forma tem importância e pensamos que na nossa perspectiva este projecto de deliberação tem que seguir outra tramitação e pode ser muito melhorado e muito completado.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Guilherme d'Oliveira Martins.

O Sr. Guilherme d'Oliveira Martins (PS) — Sr. Deputado Pedro Roseta, naturalmente que o óptimo é sempre inimigo do bom. Quando aqui nos vem dizer, em nome do PSD, que as matérias que nós propomos ficam aquém daquelas que deveriam ser referidas, é evidente que é um modo inteligente de fugir ao essencial. E foge ao essencial, porque

quando aqui referimos «aplicação da reforma do sistema educativo», conhecendo nós a Lei de Bases do Sistema Educativo, naturalmente que qualquer dos aspectos que referiu está aqui incluído.

Mas o problema fundamental, e o Sr. Deputado Pedro Roseta referiu muito bem o artigo do Regimento que tínhamos em conta, está justamente em criar condições para que o Plenário — com elementos concretos e de acordo com que estipula o Regimento — possa discutir a questão educativa.

Nesse sentido, lamentamos que o PSD, por razões mais formais do que substantivas, não aprove o nosso projecto de deliberação. Naturalmente que registamos com agrado a disponibilidade. Estaremos muito empenhados, Sr. Deputado, em não só reformular — porque na prática não é o reformular que está em causa —, mas em preparar esse grande e importante debate no Plenário da Assembleia da República.

E injustamente o meu pedido de esclarecimento tem a ver com essa mesma questão. Sr. Deputado Pedro Roseta, pensa que de uma forma célere podemos preparar esse debate?

O Sr. Presidente: — Para responder, se assim o desejar, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Roseta.

O Sr. Pedro Roseta (PSD) — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Congratulo-me por o Sr. Deputado Guilherme d'Oliveira Martins ter aceite, pelo menos em parte, como boa a minha argumentação, que, obviamente, não é apenas de ordem formal...

O Sr. José Magalhães (PS) — Pena que vá votar contra!

O Orador: — Há que completar, além de reformular, este projecto de deliberação, para além da questão da tramitação, a que já voltarei, porque não se trata apenas da aplicação. O que está previsto neste projecto de deliberação é a aplicação da reforma do sistema educativo nos níveis pré-escolar, básico e secundário, e nada mais. Mas há muitas outras coisas que resultam da aplicação da reforma do sistema educativo, como sabe, e aliás concordou. Portanto, há que reformular.

Esta parte dispositiva é altamente discutível. Mas, mais do que isso, a parte altamente discutível é a primeira em que a Assembleia delibera cometer à Comissão a realização de um levantamento de situações em certos domínios para servirem de base a debates em Plenário.

Bem, aqui é que estamos totalmente em desacordo com esta formulação já que não se trata apenas de completar, mas de corrigir. É que não podemos admitir que se vote uma coisa destas sem referir todos os trabalhos já feitos ao nível técnico, os que estão a ser feitos e os que podem vir a ser feitos em gabinetes e em direcções-gerais (agora direcções de departamento, aliás, para ser mais correcto).

Parece-nos que terá de ser expressamente mencionada a cooperação com o Governo para este levantamento, de modo a evitar um trabalho técnico que não compete à Comissão realizar. Ora, não temos meios para isso, como sabe, não temos assistência técnica, nem sequer de secretaria, que nos permita fazê-lo, além de que temos um outro volume de trabalho em tantas outras matérias que nos impedia de o fazer. E depois teremos que fazer evidentemente, e também aqui não consta, um escalonamento de áreas e de matérias para saber quais são as primeiras, as segundas e as terceiras.

No que diz respeito à formulação, julgo que o Sr. Deputado em nada contrabateu aquilo que eu disse. Penso que

V. Ex.<sup>ma</sup> — ou o Partido Socialista — é que está a querer pôr o carro à frente dos bois — aliás, o projecto vem assinado pelo presidente do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Julgo que a metodologia deverá ser outra. Por proposta de um partido deve caber a iniciativa da proposta à Comissão e não deve ser daqui que se vai dizer à Comissão que vamos fazer um levantamento para basear este ou aquele debate. É a Comissão que vai propor ao Sr. Presidente da Assembleia da República a realização de tal e tal debate no Plenário. E depois, de acordo com aqueles debates, será feito um levantamento dos meios. Assim, este deverá ser feito a seguir à determinação de quais os debates que se vão fazer e não antes. É óbvio que parece que nós é que estamos dentro da lógica e que V. Ex.<sup>ma</sup> se desculpem, a invertem. Bem; mas não vamos proceder a mais discussões de ordem formal. Congratulo-me por ter reconhecido as nossas rezões. E reitero a nossa abertura à realização de alguns debates — é óbvio que não todos, pois não podemos dicitar tudo ao mesmo tempo e no mesmo dia. Vamos fazer alguns debates, mas de acordo com o escalonamento que vier a ser determinado pela comissão competente.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Octávio Teixeira.

O Sr. Octávio Teixeira, (PCP). — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Pretendo apenas referir que o projecto de deliberação n.º 81/VI, que agora está em discussão, terá certamente a nossa votação favorável.

Aliás, em boa verdade, este projecto de deliberação não deveria ser necessário, porque a Comissão de Educação, Ciência e Cultura, em permanência, analisa estas situações, tal como a Comissão de Saúde deveria estar permanentemente a preparar

e a analisar as questões da saúde, etc. Mas, com a situação a que se chegou e no ponto em que estamos, de facto, tornou-se necessária a sua existência e, pela nossa parte, votaremos a favor deste projecto. É evidente que haveria sempre muitas mais coisas para aí se incluírem, porque a carência é demasiada. Por exemplo, no caso concreto, todo o processo da abertura do novo ano escolar.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, terminou o debate. Vamos passar à votação dos dois projectos de deliberação hoje discutidos.

Srs. Deputados, vamos votar o projecto de deliberação n.º 80/VI — Convocação de reuniões extraordinárias do Plenário, antes do início da próxima sessão legislativa (PCP).

Submetido à votação, foi rejeitado, com votos contra do PSD e do PSN e votos a favor do PS, do PCP e do CDS-PP.

Srs. Deputados, vamos agora votar o projecto de deliberação n.º 81/VI — Realização de um levantamento de situações relacionadas com o sistema educativo (PS).

Submetido à votação, foi rejeitado, com votos contra do PSD e votos a favor do PS, do PCP, do CDS-PP e do PSN.

Srs. Deputados, nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a reunião.

Eram 18 horas e 40 minutos.

A DIVISÃO DE REDACÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA.

## DIÁRIO da Assembleia da República

Depósito legal n.º 8818/85  
IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA, E. P.

PORTE  
PAGO

1 — Preço de página para venda avulsa, 6\$50 + IVA.  
2 — Para os novos assinantes do Diário da Assembleia da República, o período da assinatura será compreendido de Janeiro a Dezembro de cada ano. Os números publicados em Outubro, Novembro e Dezembro do ano anterior que completam a legislatura serão adquiridos ao preço de capa.

3 — O texto final impresso deste Diário é da responsabilidade da Assembleia da República.

**PREÇO DESTES NÚMEROS 137\$00 (IVA INCLUIDO 5%)**

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e a assinaturas do «Diário da República» e do «Diário da Assembleia da República», deve ser dirigida à administração da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P., Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5 — 1092 Lisboa Codex.